



OFICINAS DE COCRIAÇÃO

TEMA 2: Combate à corrupção e governo aberto

1ª Etapa: Identificação do Desafio

PARTICIPANTES DE ÓRGÃOS DO GOVERNO:

NOME DA ORGANIZAÇÃO	NOME DAS(OS) PARTICIPANTE(S)	ÁREA DE ATUAÇÃO/ CARGO
Controladoria-Geral da União (CGU)	Renata Figueiredo	Diretora de Programas de Integridade Pública e Prevenção a Conflito de Interesses
	Cristine Kohler Ganzenmuller	Coordenadora-Geral de Promoção de Integridade Privada
	Valdirene Medeiros	Chefe de serviço da Coordenadora-Geral de Promoção de Integridade Privada
	Pepe Tonin	Diretor de Estudos e Desenvolvimento da Integridade Pública
	Fábio Lacerda Alves	Secretaria Federal de Controle Interno (SFC)
Ministério da gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI)	Dilson Gonzaga Pereira Neto	Coordenador-Geral de Acompanhamento e Controle na Assessoria Especial de Controle Interno do MGI
	Pedro Moreira	Coordenador-Geral de Soluções de Negócios com processo Eletrônico
	Rita de Cássia Teixeira Souza	Assessora de Suporte à Gestão de Riscos na Assessoria Especial de Controle Interno do MGI
Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP)	Maria Beatriz P. S. Amaro	Coordenação de Prevenção e Combate à Corrupção
Advocacia-Geral da União (AGU)	Milena Luz Barbosa	Coordenadora-Geral

PARTICIPANTES DE ENTIDADES DA SOCIEDADE:

NOME DA ORGANIZAÇÃO	NOME DAS(OS) PARTICIPANTE(S)	ÁREA DE ATUAÇÃO/ CARGO
---------------------	------------------------------	------------------------

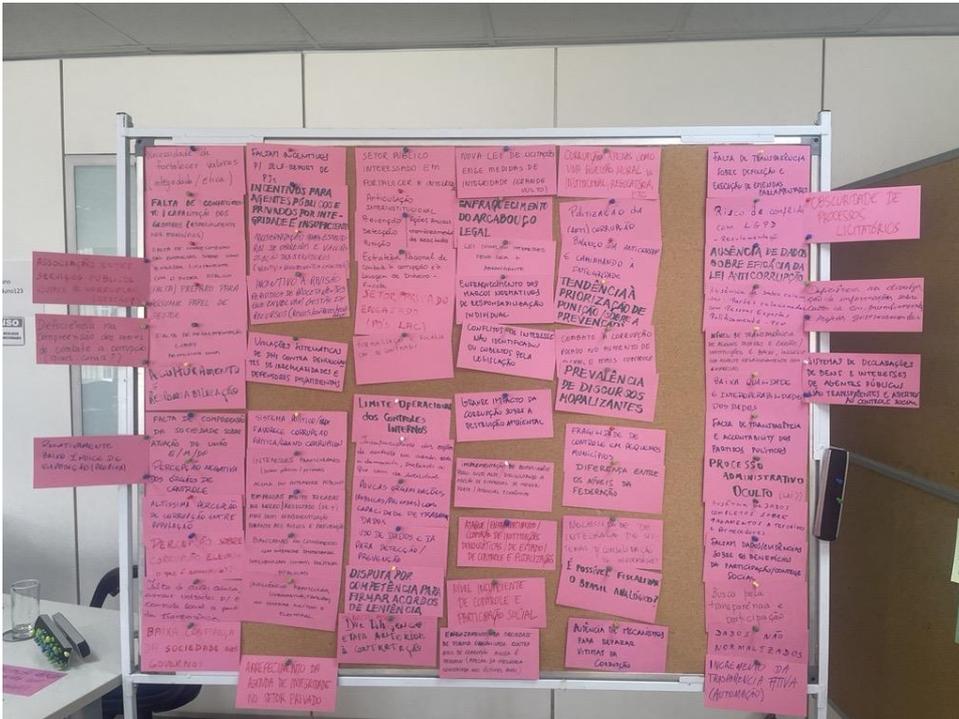
Pacto Global	Chantal Castro	Gerente da Plataforma Ação contra Corrupção Pacto Global da ONU no Brasil
Instituto Ethos	Felipe Saboya	Diretor
Instituto Brasileiro de Certificação e Monitoramento (IBRACEM)	Julio Botelho	Diretor Executivo
Transparência Brasil	Marina Iemini Atoji	Diretora de programas
Transparência Internacional Brasil	Guilherme France	Gerente do Centro de Conhecimento Anticorrupção

ANÁLISE DO CENÁRIO ATUAL

CENÁRIO ATUAL
Altíssima percepção de corrupção entre a população
Arrefecimento da agenda de integridade no setor privado
Articulação interinstitucional
Ausência de dados completos sobre pagamentos a terceiros e fornecedores
Ausência de dados relevantes: partes relacionadas com pessoas expostas politicamente- PEP
Ausência de dados sobre eficácia da Lei Anticorrupção
Associação entre serviços públicos ruins e corrupção (gestão?)
Ataque/enfraquecimento/corrupção de instituições democráticas/de estado/de controle e fiscalização
Ausência de mecanismos para reparar vítimas da corrupção
Ações anuais monitoramento dos resultados
Balanco da anticorrupção e caminhando à integridade
Baixa confiança da sociedade nos governos
Baixa qualidade e interoperabilidade dos dados
Balanco da anticorrupção e caminhando à integridade
Bancadas no congresso com interesse empresarial influenciam (votam) políticas públicas
Busca pela transparência e participação
Combate à corrupção focado no aumento de regras e mais controle
Conflitos de interesse não identificados ou cobertos pela legislação
Corrupção apenas como uma questão moral vs institucional, regulatória, etc
Dados não normalizados
Deficiência na compreensão dos meios de combate à corrupção (quais canais?)
Deficiência na divulgação de informações sobre custos de empreendimentos e projetos governamentais
Diferenças entre os níveis da federação
Disputa por competência para firmar acordos de leniência
É possível fiscalizar o Brasil analógico?
Empresas muito focadas no lucro/resultados, mas sem conscientização quanto aos riscos e prevenção
Enfraquecimento dos marcos normativos de responsabilidade individual
Enfraquecimento do arcabouço legal
Engajamento da sociedade de forma organizada contra atos de corrupção ainda é pequeno (apesar da melhoria constatada nos últimos anos)
Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro - Enccla

Falta de ações educacionais voltadas para o controle social a partir da transparência
Falta de compreensão da sociedade sobre atuação de união, Estados, Municípios e Distrito Federal
Falta de conhecimento das empresas sobre como engajar licitadamente com o poder público
Falta de conhecimento/capacitação dos gestores (especialmente nos municípios)
Falta de regulamentação do lobby - revolving door
Falta de transparência e accountability dos partidos políticos
Falta de transparência sobre definição e execução de emendas parlamentares
(Falta) preparo para assumir papel de gestor
Faltam dados / evidências sobre os benefícios da participação / controle social
Faltam incentivos para self-report de pessoas jurídicas
Formalização e fiscalização de contratos
Fragilidade de controle de pequenos municípios
Grande impacto da corrupção sobre a destruição ambiental
Implementação do compliance possui custo alto, dificultando a adesão de empresas de menor porte / potencial econômico
Incapacidade dos órgãos de controle em atender toda a demanda, incluindo a que vem da sociedade
Incentivo à revisão periódica de procedimentos que envolva, gestão de recursos (riscos/controles/segmentação)
Incentivos para agentes públicos e privados por integridade é insuficiente
Incremento da transparência ativa (automação)
Influência particular (corporativa, familiar) no sistema político e eleitoral
Interesses particulares (setor público/ privado) acima do interesse público
Lei Conflito de Interesses deve ser mais abrangente
Limite operacional dos controles internos
Modernização estrutural de carreiras e valorização dos servidores (incentivo x reconhecimento x capacitação)
Necessidade de aculturação e responsabilização
Necessidade de due diligence: etapa anterior à contratação
Necessidade de fortalecer valores (integridade/ética)
Necessidade de integração de sistemas para consolidação de informações
Nova lei de licitações exige medidas de integridade (grande vulto)
Nível de transparência de alguns poderes e órgãos/instituições é baixo, inclusive sob aspecto relacionamento com empresas
Nível insuficiente de controle e participação social
Nova lei de licitações exige medidas de integridade (grande vulto)
Obscuridade de processos licitatórios
Percepção negativa dos órgãos de controle
Percepção sobre corrupção elevada (o que é corrupção?)
Politização da (anti)corrupção
Poucas organizações (públicas/ privadas) com capacidade de trabalhar dados
Prevalência de discursos moralizantes
Prevenção, detecção, punição
Processo administrativo oculto (LAI?)
Relativamente baixo índice de exposição (propina)
Risco de conflito com LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) - regulamentação
Setor privado engajado (pós LAC)
Setor público interessado em fortalecer a integridade

Sistema político favorece corrupção política/ grand corruption
Sistemas de declarações de bens e interesses de agentes públicos não transparentes e abertos ao controle social
Tendência à priorização da punição (sobre a prevenção)
Uso de dados e inteligência artificial para detecção/prevenção
Violações sistemáticas de direitos humanos contra denunciadores de irregularidades- defensores de direitos humanos/ambientais



DEFINIÇÃO DO CENÁRIO DESEJADO

Os/as participantes foram orientados/as a apresentar o cenário desejado e a equipe de moderação, em paralelo, realizou o agrupamento por temas. Posteriormente, os/as participantes foram chamados a validar a categorização realizada. O resultado alcançado foi o seguinte:

CENÁRIO DESEJADO
A totalidade do corpo funcional capacitada com certificação em escola de governo EAD em integridade (em sentido amplo)
Alto nível de conscientização das empresas sobre a importância do compliance/ programa de integridade
Apuração efetiva de informação divulgada (2º e 3º linhas)
Atores que enxergam seus papéis no combate à corrupção
Ações anticorrupção que considerem a entrega de valor público das organizações
Ações anticorrupção testadas e informadas por evidências
Canais de comunicação eficientes
Combate efetivo a organizações criminosas que corrompem agentes públicos para destruir a Amazônia
Combate efetivo ao conflito de interesses
Compreensão dos papéis das instituições de controle/auditoria (Controladoria-Geral da União (CGU) - por exemplo
Consciência de gestores públicos e privados sobre riscos de seu setor (e atuação para prevenir/mitigar/etc)
Cooperação público-privado para impulsionar ações de integridade setoriais (base em evidências)

Critérios mais estritos para preenchimento de cargos de livre nomeação definidos
Cultura de integridade e de transparência
Dados abertos conectados e uso intensivo de inteligência artificial
Dados abertos normatizados
Dados sobre processos e sanções judiciais pela lei anticorrupção disponíveis
Diretrizes de programa compliance e integridade implementadas
Disponibilização de canais de denúncia com apuração e responsabilização efetivas
Empresas capacitadas e foçadas na prevenção de riscos nas contratações
Empresas transparentes na sua relação com o poder público
Equalização na transparência de dados abertos entre união, estados e municípios
Existência de ações educacionais para jovens e adolescentes para controle social. Ex: importância, ferramentas, etc
Fim da impunidade para corruptos
Fiscalização de contratos eficiente
Fomento de integridade em todos os setores
Formação de novos servidores com foco na vocação pública (concurso nacional unificado)
Fortalecimento da articulação institucional - gestores + controle + perseguição
Fortalecimento das capacidades estatais para enfrentar quebras de integridade
Fortalecimento dos conselhos de participação
Garantia de autonomia aos órgãos de controle
Gestores preparados tecnicamente para liderança e gestão
Gestores públicos conscientizados e capacitados sobre as áreas finalísticas e contratações
Gestão da integridade baseada em riscos
Gestão e monitoramento de contratos efetivos
Grandes empresas servindo como vetores de integridade em suas cadeias de valor
Implementação de uma cultura de integridade pública e privada em âmbito nacional
Inclusão e isonomia no exercício dos direitos
Informações padronizadas e sistema integrados para consolidação
Informações públicas usadas mais amplamente para exercício do controle social
Instituições de estado fortalecidas
Instituições fortalecidas e articuladas
Inteligência artificial aplicada de forma efetiva os controles dos processos de gestão de recursos de investimento e de custeio em toda a sua cadeia
Interlocução coma Estratégia de Governo Digital para normalização de dados essenciais para o controle e combate à corrupção
Maior equilíbrio entre os níveis de governo (estrutura e capacidade para atuar na agenda)
Maior investimento em programas preventivos: crianças, adultos, empresas e controle social (ensinar a usar os dados)
Maior nível de integridade e transparência nos processos decisórios- lobby, conflitos e agendas de interesse
Mais incentivos para agentes públicos e privados
Medidas efetivas de prevenção a conflitos de interesses implementadas
Modelo de responsabilização eficiente
Nível de excelência na transparência de dados dos órgãos em todos os poderes
Número de cargos de livre nomeação reduzidos
Obrigação institucional de transparência (enforcement)
Oferta de dados públicos de qualidade para reuso pela sociedade civil

Organizações da sociedade civil (OSCs) que atuam com controle social na base fortalecidas
Órgãos de controle atuando de maneira mais integrada menos fragmentada
Órgãos de controle mais impermeáveis a cooptação por interesses particulares
Padronização dos sistemas / linguagem/ dados em âmbito federativo
Participação e controle social ativos e efetivos
Participação social efetiva nas pautas, agendas e votações políticas
Portal nacional de compras públicas como ferramenta para detecção de corrupção/irregularidades
Prevenção ao conflito de interesses com base em riscos (evidências)
Prevenção à corrupção com foco no engajamento dos agentes públicos e privados (menos regras, mais valores)
profissionalização de servidores públicos em todas as esferas de governo
Programas de integridade como instrumentos de geração de valor público
Programas de integridade eficientes em todas as empresas, especialmente as que contratam com o setor público
Proteção efetiva dos denunciantes e incentivos às denúncias
Reconhecimento público das ilhas de integridade (incentivo a fazer o certo)
Regulamentação e transparência no exercício do lobby
Relação de confiança entre sociedade e governos
Setor público, privado e sociedade engajados, cumprindo seus papéis e de maneira complementar
Sociedade e governo treinados e com acesso a dados de qualidade para ações anticorrupção com uso de tecnologia e inteligência artificial
Ter em conta aspectos comportamentais para políticas de enfrentamento à corrupção
Transparência com linguagem mais simples e direta, ex: orçamento x custo efetivo x realização
Transparência de partes relacionadas de pessoas expostas politicamente
Transparência dos interesses privados nas pautas públicas
Transparência para todos os dados relativos a pagamento de fornecedores e terceiros
Tudo o que for protegido por sigilo legal, não classificado, que não caracterize dado pessoal sensível, finalmente em ampla e automatizada transparência ativa
Valores éticos e de integridade disseminados e apropriados por todos (público e privado)



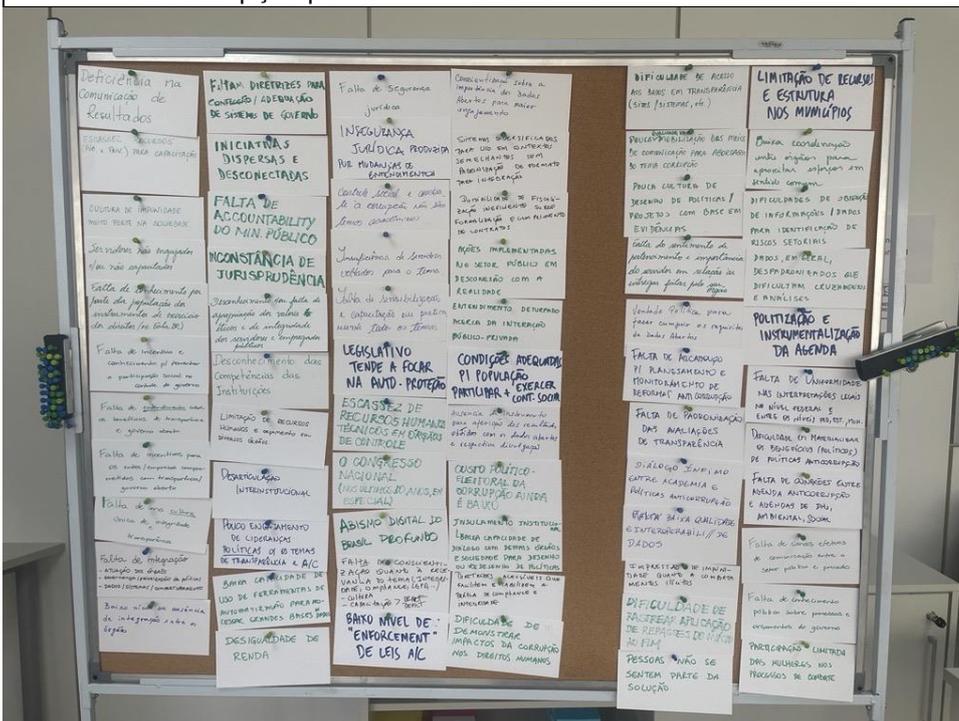
IDENTIFICAÇÃO DE BLOQUEIOS

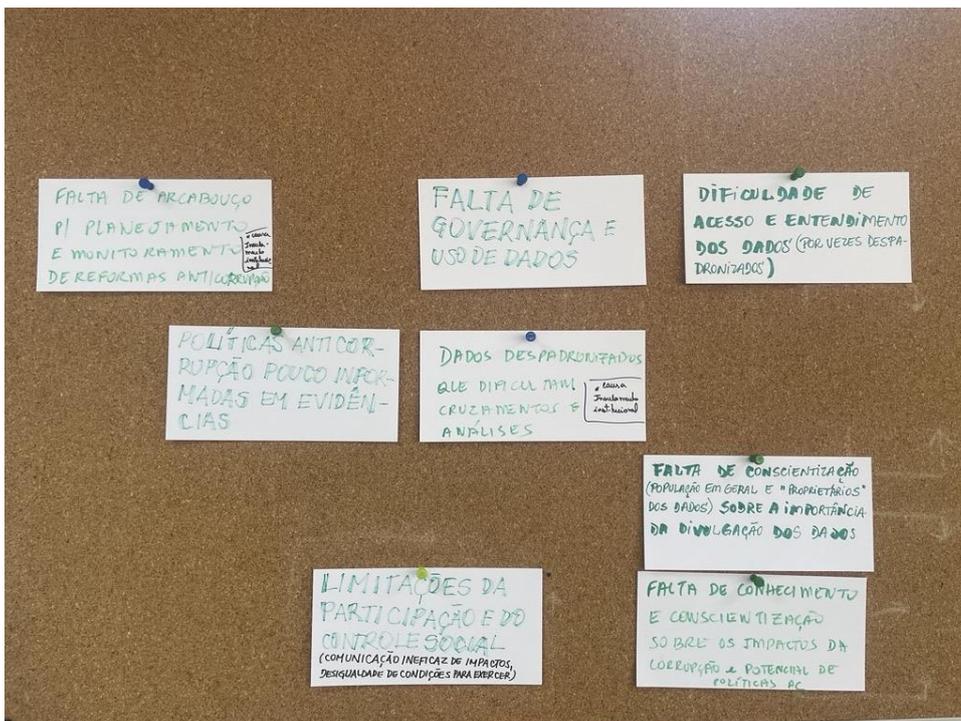
Por meio de pergunta orientadora “Quais são os bloqueios (problemas) que dificultam a transformação do cenário atual para o desejado?”, os participantes apontaram as limitações identificadas.

BLOQUEIOS IDENTIFICADOS
Abismo digital do Brasil profundo
Ausência de instrumento para aferição dos resultados obtidos com os dados abertos e respectiva divulgação
Ações implementadas no setor público em desconexão com a realidade
Baixa capacidade de uso de ferramentas de automatização para processar grandes bases de dados
Baixa coordenação entre órgãos para aproveitar esforços em sentido comum
Baixa qualidade e interoperabilidade de dados
Baixo nível de “enforcement” de leis anticorrupção
Baixo nível ou ausência de integração entre os órgãos
Condições adequadas para população participar mais e exercer o controle social
Conscientização sobre a importância dos dados abertos para maior engajamento (ausência)
Controle social e combate à corrupção não são temas acadêmicos
Cultura de impunidade muito forte na sociedade
Custo político-eleitoral da corrupção ainda é baixo
Dados, em geral, despadronizados que dificultam cruzamentos e análises
Deficiência na comunicação de resultados
Desarticulação interinstitucional
Desconhecimento das competências das instituições
Desconhecimento e/ou falta de apropriação dos valores éticos e de integridade dos servidores e empregados públicos
Desigualdade de renda
Dificuldade de acesso aos dados de transparência (sites, sistemas, etc)

Dificuldade de demonstrar impactos da corrupção nos direitos humanos
Dificuldade de rastrear aplicação de repasses do início ao fim
Dificuldade em materializar os benefícios (políticos) de políticas anticorrupção
Dificuldades de obtenção de informações/dados para identificação de riscos setoriais
Diretrizes acessíveis que facilitem e visibilizem a prática de compliance e integridade
Diálogo ínfimo entre academia e políticas anticorrupção
Entendimento deturpado acerca da interação público-privada
Escassez de recursos (público e privado) para capacitação
Escassez de recursos humanos técnicos em órgãos de controle
Falta accountability do ministério público
Falta de arcabouço para planejamento e monitoramento de reformas anticorrupção
Falta de canais efetivos de comunicação entre o setor público e privado
Falta de conexões entre agenda anticorrupção e agendas de direitos humanos, ambiental, social
Falta de conhecimento por parte da população dos instrumentos de exercício dos direitos (ex: Fala.Br)
Falta de conhecimento público sobre processos e orçamentos do governo
Falta de conscientização quanto à relevância do tema (integridade, compliance, LGPD, etc). Cultura - capacitação deficiente
Falta de entendimento sobre benefícios de transparência e governo aberto
Falta de incentivo e conhecimento para fomentar a participação social no controle do governo
Falta de incentivos para entes/empresas comprometidas com transparência/governo aberto
Falta de integração: atuação dos órgãos; governança / priorização de políticas; dados / sistemas / compartilhamento
Falta de padronização das avaliações de transparência
Falta de segurança jurídica
Falta de sensibilização e capacitação em praticamente todos os temas
Falta de uma cultura única de integridade e transparência
Falta de uniformidade nas interpretações legais no nível federal e entre os níveis federal, estadual e municipal
Falta do sentimento de pertencimento e importância do servidor em relação às entregas feitas pelo seu órgão
Faltam diretrizes para confecção/ adequação de sistemas de governo
Impressão de impunidade quanto a comportamentos ilícitos
Inconstância de jurisprudência
Iniciativas dispersas e desconectadas
Insegurança jurídica produzida por mudanças de entendimento
Insuficiência de servidores voltados para o tema
Insulamento institucional - baixa capacidade de diálogo com demais órgãos e sociedade para desenho ou redesenho de políticas
Legislativo tende a focar na autoproteção
Limitação de recursos e estrutura nos municípios
Limitação de recursos humanos e orçamento em diversos órgãos
O congresso nacional (nos últimos 10 anos, em especial)
Participação limitação das mulheres nos processos de combate à corrupção
Pessoas não se sentem parte da solução

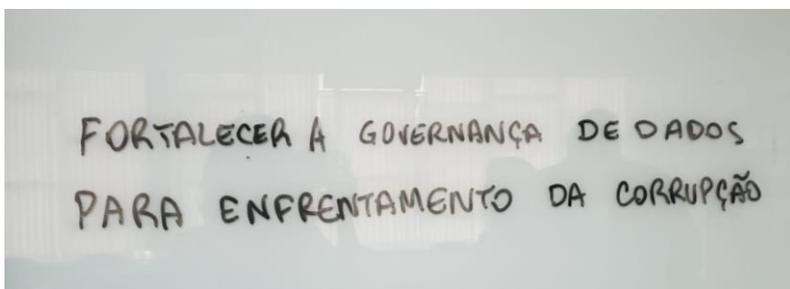
Política e instrumentalização da agenda
Possibilidade de fiscalização ineficiente sobre formulação e cumprimento de contratos
Pouca cultura de desenho de políticas/projetos com base em evidências
Pouca qualidade da mobilização dos meios de comunicação para abordagem do tema corrupção
Pouco engajamento de lideranças políticas aos temas de transparência e anticorrupção
Servidores não engajados e/ou não capacitados
Sistemas diversificados para uso em contextos semelhantes sem padronização de formato para integração
Vontade política para fazer cumprir os requisitos de dados abertos
BLOQUEIOS PRIORIZADOS
Dados despadronizados que dificultam cruzamentos e análises (*causam insulamento institucional)
Dificuldade de acesso e entendimento dos dados (por vezes despadronizados)
Falta de arcabouço para planejamento e monitoramento de reformas anticorrupção (*causam insulamento institucional)
Falta de conhecimento e conscientização sobre os impactos da corrupção e potencial de políticas anticorrupção
Falta de conscientização (população em geral e "proprietários" dos dados) sobre a importância da divulgação dos dados
Falta de governança e uso de dados
Limitações da participação e do controle social (comunicação ineficaz de impactos, desigualdade de condições para exercer)
Políticas anticorrupção pouco informadas em evidências





DEFINIÇÃO DO DESAFIO A SER SUPERADO

DESAFIO
<i>“Fortalecer a governança de dados para enfrentamento da corrupção.”</i>



AVALIAÇÃO DA OFICINA

AVALIAÇÃO
Que bom que...
A integração entre vários órgãos e organizações da sociedade civil permite vários olhares diferentes sobre um mesmo tema, o que resultou em discussões muito ricas e enriquecedoras.
Excelente organização e metodologia mesclar c/ representantes da sociedade civil.
Houve boa condução, com conhecimento do tema
Houve sintonia/ consenso entre os participantes; os participantes pareciam familiarizados com a ideia do Plano de Governo Aberto. Chegou-se a um desafio amplo, mas específico o suficiente.
Ótima dinâmica, com espaço para exposição de ideias e compartilhamento de experiências... muito enriquecedor.
Que bom que a discussão foi coletiva. Importante trocar ideias com diversos atores, observando como o tema é abordado com visões diversificadas.

Que bom que a oficina foi conduzida de forma bastante didática, acolhedora e descontraída; o facilitador, Otávio, foi paciente e prestativo, demonstrando, ainda, muito domínio da temática.
Que bom que pudemos debater o tema com um público diversificado.
Que bom que tivemos um grupo diverso e comprometido com a oficina durante todo o dia; avançamos conjuntamente em um mesmo sentido, abarcando posições e preferências diversas
Que bom ter ocorrido a participação de “atores” públicos e da área privada, visões e abordagens que se complementam.
Super metodologia! Todo mundo colabora e participa de forma ativa. Excelente!
Teve a participação colaborativa de interesses áreas do Gov.
Tivemos um grupo representativo e participativo
Que tal se...
Dar mais tempo p/ as discussões em grupo menores, pois permite trocas mais aprofundadas
Pudesse escolher mais de um desafio p/ desenvolver
Que tal se: nas próximas edições, utilizassem quadros virtuais, como o Jamboard ou similar
Que tal se tivéssemos discutido alguns compromissos da OGP anteriores relacionados ao nosso tema de hoje.
Uma organização ou especialista fizesse uma apresentação inicial contextualizando o problema
Replicar a metodologia em outros debates!
Seria ótimo implementar essa dinâmica em outras áreas do governo
Que pena que...
A metodologia não inclui debates intermediários - toma tempo e às vezes a discussão não acaba
Havia pouca diversidade de raça e regional entre os participantes
Horário de almoço foi longo, poderia ter sido reduzido p/ 1 hora.
Não aproveitamos o potencial de cada pessoa/ organização -> mais trabalho em grupo.
Que pena que a logística para participar do encontro foi bem difícil, decidida de última hora.
Que pena que esta importante iniciativa da participação da sociedade ainda não foi implementada em outras áreas do governo.
Sugiro aumentar o acesso à informação (literatura), conceitos, etc.
Teve foco em apenas um desafio

REGISTRO FOTOGRÁFICO DOS PARTICIPANTES:

